

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 3 Setembro - Dezembro 2024

ARTIGO

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS HISTÓRICOS DO LITORAL PERNAMBUCANO: UMA BUSCA PELA CONTINUIDADE DAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO

Cecília Barthel C. Campello*, Milena Duarte**, Rúbia Nogueira***, Marcelo Lins****, Domingos Alves Jr. *****, Alessandra Oliveira*****, Gleyce Lopes*****, Marcelo Serrão*****, Igor Soares*****, Lucas Rocha*****, Rodrigo Ibson*****, Vanessa Sial*****, Paula Monteiro*****

* Doutora em Arqueologia pela UFPE. E-mail: cecilia.arkeo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6460-0537>.

** Doutoranda em Arqueologia pela UFPE. E-mail: milena.souza@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9763-4733>.

*** Doutoranda em Arqueologia pela UFPE. E-mail: rubia.andrade@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5530-9793>.

**** Doutorando em Arqueologia pela UFPE. E-mail: hamilton.marcelo@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4226-5555>.

***** Doutorando em Arqueologia pela UFPE e professor do Instituto Federal do Piauí - IFPI. E-mail: domingosjr@ifpi.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7337-8503>.

***** Mestranda em Arqueologia pela UFPE. E-mail: alessandra.hellen@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2370-5122>.

***** Doutorando em Arqueologia pela UFPE. E-mail: gleyce.lopes@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6225-0780>.

***** Mestrando em arqueologia pela UFPE. E-mail: marcelo.Serrao@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0220-6061>.

***** Mestrando em Arqueologia pela UFPE. E-mail: gadeigor@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8399-564X>.

***** Doutorando em arqueologia pela UFPE. E-mail: lucas-alves170@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3448-6080>.

***** Doutorando em Arqueologia pela UFPE; E-mail: rodrigo.ibison@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7094-1580>.

***** Doutoranda em Arqueologia pela UFPE. E-mail: vanessa.sial@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4847-036X>.

***** Mestranda em Arqueologia - (UFPE) e professora de História e Filosofia do PrevUPE - UPE. E-mail: paula.fernanda@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8558-8901>.

DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v37i3.1202>

RESUMO

O presente artigo buscou avaliar a gestão de bens arqueológicos acautelados a partir da análise de sítios históricos do período colonial, localizados no litoral do estado de Pernambuco. Para tal, tomou-se por base os processos de gestão instituídos pela Política do Patrimônio Cultural Material (PPCM) de 2018, no contexto do patrimônio arqueológico. Buscou-se, ainda, avaliar a integração dos sítios arqueológicos na paisagem contemporânea, no que tange à compreensão do tempo presente na abordagem desses bens, à leitura do território e das dinâmicas sociais nele existentes e ao estímulo ao fortalecimento dos grupos sociais que corroborem a sua preservação. A análise, realizada a partir da elaboração de uma matriz contendo os eixos preconizados na PPCM (educativo, patrimonialização, vigilância e interação) possibilitou a compreensão do panorama geral da gestão dos sítios arqueológicos históricos localizados no Litoral Pernambucano. A leitura da matriz permitiu observar dados de eficiência de cada eixo do processo, em que se pode observar altos índices no âmbito da patrimonialização e, em contrapartida, baixos índices de integração. Na perspectiva da gestão integrada e participativa, a realidade observada nos sítios analisados aponta para uma posição periférica da sociedade civil na gestão dos bens arqueológicos.

Palavras-chave: Gestão do patrimônio arqueológico; Política do Patrimônio Cultural Material; paisagem; sítios históricos.

ARTICLE

HISTORICAL ARCHAEOLOGICAL SITES ON THE COAST OF PERNAMBUCO: A SEARCH FOR CONTINUITY IN PRESERVATION ACTIONS

ABSTRACT

This article aimed to evaluate the management of safeguarded archaeological assets based on the analysis of historical sites from the colonial period, located on the coast of the state of Pernambuco. To this end, it was based on the management processes instituted by the 2018 Material Cultural Heritage Policy (PPCM), in the context of archaeological heritage. It was also sought to evaluate the integration of archaeological sites in the contemporary landscape, with regard to the understanding of the present time in the approach of these assets, to the reading of the territory and the social dynamics existing in it and to the stimulus to the strengthening of social groups that corroborate its preservation. The analysis, carried out from the elaboration of a matrix containing the axes recommended in the PPCM (educational, patrimonialization, surveillance and interaction) made it possible to understand the general panorama of the management of historical archaeological sites located on the Pernambuco Coast. The reading of the matrix allowed us to observe efficiency data for each axis of the process, in which it is possible to observe high rates in the scope of patrimonialization and, on the other hand, low integration rates. From the perspective of integrated and participatory management, the reality observed in the analyzed sites points to a peripheral position of civil society in the management of archaeological assets.

Keywords: Management of archaeological heritage; Material Cultural Heritage Policy; landscape; historic sites.

SITIOS ARQUEOLÓGICOS HISTÓRICOS EN LA COSTA DE PERNAMBUCO: UNA BÚSQUEDA DE CONTINUIDAD EN LAS ACCIONES DE PRESERVACIÓN

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo evaluar la gestión de bienes arqueológicos protegidos, a partir del análisis de sitios históricos del período colonial, ubicados en la costa del estado de Pernambuco. Para ello, analizamos los procesos de gestión instituidos por la Política de Patrimonio Cultural Material (PPCM) de 2018, en el contexto del patrimonio arqueológico. También buscamos evaluar la integración de los sitios arqueológicos en el paisaje contemporáneo, en lo que respecta a la comprensión del tiempo presente en el abordaje de estos bienes, a la lectura del territorio, las dinámicas sociales existentes y al fomento del fortalecimiento de grupos sociales que corroboren su preservación. El análisis, realizado a partir de una matriz que contiene los ejes recomendados en el PPCM (educación, patrimonialización, vigilancia e interacción) permitió comprender el panorama general de la gestión de los sitios arqueológicos históricos ubicados en la Costa de Pernambuco. La lectura de la matriz facilitó la observación de datos sobre la eficiencia para cada eje del proceso, en los cuales es posible ver altos índices en el ámbito de patrimonialización y, por otro lado, bajos índices de integración. Desde la perspectiva de la gestión integrada y participativa, la realidad observada en los sitios analizados apunta a una posición periférica de la sociedad civil en la gestión de los bienes arqueológicos.

Palabras clave: Gestión del patrimonio arqueológico; Política de Patrimonio Cultural Material; paisaje; sitios históricos.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma análise do processo de patrimonialização de bens arqueológicos do período colonial localizados no litoral do estado de Pernambuco. A questão central é a aplicabilidade dos processos de gestão instituídos pela Política do Patrimônio Cultural Material (PPCM) de 19 de setembro de 2018, no contexto do patrimônio arqueológico.

Entendemos como patrimonialização a formalização por meio de instrumentos técnicos, administrativos e legais dos bens culturais reconhecidos pela atribuição de valores simbólicos por indivíduos e/ou grupos sociais. Envolve processos de pesquisa, articulação entre os diversos atores (instituições públicas e privadas, pesquisadores, comunidades) e socialização. Consideramos o processo de patrimonialização com base em três momentos do patrimônio: a situação do sítio anterior às pesquisas arqueológicas; o sítio como objeto de pesquisas arqueológicas; e o sítio diante de medidas e ações implementadas após as pesquisas, observando-se a continuidade ou não das ações de preservação.

Nesse contexto, compreendemos que para integrar o sítio arqueológico na paisagem contemporânea deve existir a compreensão do tempo presente na abordagem desses bens, a leitura do território e das dinâmicas sociais nele existentes e o estímulo ao fortalecimento dos grupos sociais que corroborem a sua preservação. Na esfera mais prática, conta-se com a necessidade de inserções contemporâneas que

proporcionem acessibilidade e proteção de sua estrutura física, construindo ações para a conservação integrada.

O litoral de Pernambuco está entre as primeiras áreas ocupadas no Brasil e, por essa razão, guarda os sítios arqueológicos coloniais mais antigos. Entre as diferentes tipologias oficiais remanescentes estão as estruturas de defesa como o Forte Orange (Itamaracá), o Arraial Velho do Bom Jesus e o Baluarte Porta da Terra (Recife) e as estruturas religiosas como o Convento de Nossa Senhora de Nazaré (Cabo de Santo Agostinho), a Igreja Nossa Senhora do Pilar, a Sinagoga *Kahal Zur Israel* (Recife) e a Igreja Nossa Senhora da Graça (Olinda). Os bens citados foram selecionados com base na sua relevância histórica, arqueológica e por terem passado pelas etapas pertinentes ao processo de gestão que propusemos analisar.

GESTÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

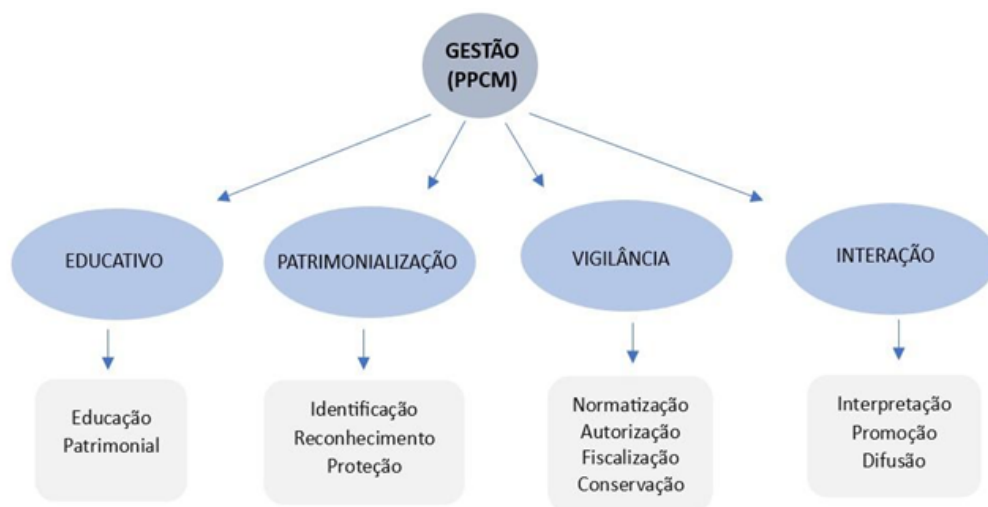
Em cumprimento às determinações legais internacionais, como a Carta de Lausanne (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [Iphan], 1990), “as políticas de proteção ao patrimônio arqueológico devem ser consideradas pelos planejadores nos níveis nacional, regional e local” (Iphan, 1990, p. 2). Assim, o governo federal, os estados e os municípios têm competências estabelecidas quanto à gestão do patrimônio arqueológico. Trata-se de “responsabilidade compartilhada”, atribuída pela Constituição de 1988, que inclui também todos os cidadãos como corresponsáveis (Pardi, 2003, p. 21).

A par das responsabilidades e da tutela do patrimônio arqueológico brasileiro, ressaltamos a importância das políticas públicas nos três níveis (federal, estadual e municipal) para a preservação dos bens arqueológicos. A Carta de Lausanne (Iphan, 1990, p. 2) prevê que “as políticas de proteção ao patrimônio arqueológico devem ser sistematicamente integradas ao uso e ocupação do solo, bem como relacionadas à cultura, ao meio ambiente e à educação”.

A gestão integrada e participativa do patrimônio arqueológico requer o planejamento de políticas públicas capazes de fomentar a participação social nas decisões referentes aos bens arqueológicos nacionais. Experiências no território brasileiro trazem relatos de grandes desafios no cumprimento dessa missão (Silva; Simonian, 2022).

No âmbito nacional, a PPCM, consolidada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), é um referencial para ações e processos de gestão dos bens materiais, conforme a figura abaixo:

Figura 1. Eixos da gestão da Política do Patrimônio Cultural Material.



Fonte: PPCM (Iphan, 2018) (Adaptado).

Paiva, Duarte e Nogueira (2022) apresentam o diagnóstico da gestão atual do patrimônio arqueológico brasileiro com base na PPCM, identificando empecilhos e sugerindo que determinados segmentos merecem maior atenção das políticas públicas nacionais. A gestão, segundo as autoras, tem sido informal, sem orientação especializada e sem normatização específica em determinados segmentos da política, enfraquecendo esforços no sentido da preservação dos bens arqueológicos.

Diante desse cenário preocupante, propusemo-nos a analisar os bens arqueológicos selecionados para este estudo à luz da PPCM e seus eixos de gestão. Cabe, inicialmente, compreendê-los em seus aspectos físicos e no contexto de inserção na paisagem da região.

ASPECTOS DA PAISAGEM DO LITORAL PERNAMBUCANO

Analisar e discutir a formação e a modelagem de uma determinada paisagem cultural é, antes de tudo, entender as multiplicidades investigativas que podem ser adotadas a partir de um universo amplo de métodos e ferramentas analíticas. Primeiro porque a paisagem cultural está em movimento o tempo todo, possibilitando mudanças e sendo, simultaneamente, testemunho e produto direto dos diferentes processos sociais, econômicos, políticos e históricos, vivenciados pelas sociedades pretéritas ao longo do tempo, mais precisamente a colonial impressa nos bens selecionados, objeto desta nossa discussão.

Partindo do princípio que os bens arqueológicos selecionados para a realização deste trabalho são sítios litorâneos nos quais a influência dos indivíduos advindos do além-mar contribuiu substancialmente para que os modos de vida adotados na metrópole fosse impresso também na colônia, definindo assim os tipos e modelagens de paisagens que estavam sendo impresso não só no “front marítimo”, que é a faixa de praia propriamente dita, mas também em áreas a ela interligadas, como as rotas fluviais. (Westerdahl, 1992).

A perspectiva de quem chega do atlântico, bem como sua perspectiva em relação ao continente, possibilita a estruturação de uma paisagem intimamente ligada à navegação, ao comércio, à implementação material de equipamentos religiosos, equipamentos bélicos, prédios públicos e privados de infraestrutura, entre outros, viabilizado por rotas marítimas e fluviais. Esse tipo de paisagem é definida como “Paisagem cultural Marítima”, em que todo o desenvolvimento de uma paisagem é estabelecido a partir da perspectiva por quem vem do além mar. (Westerdahl, 1992).

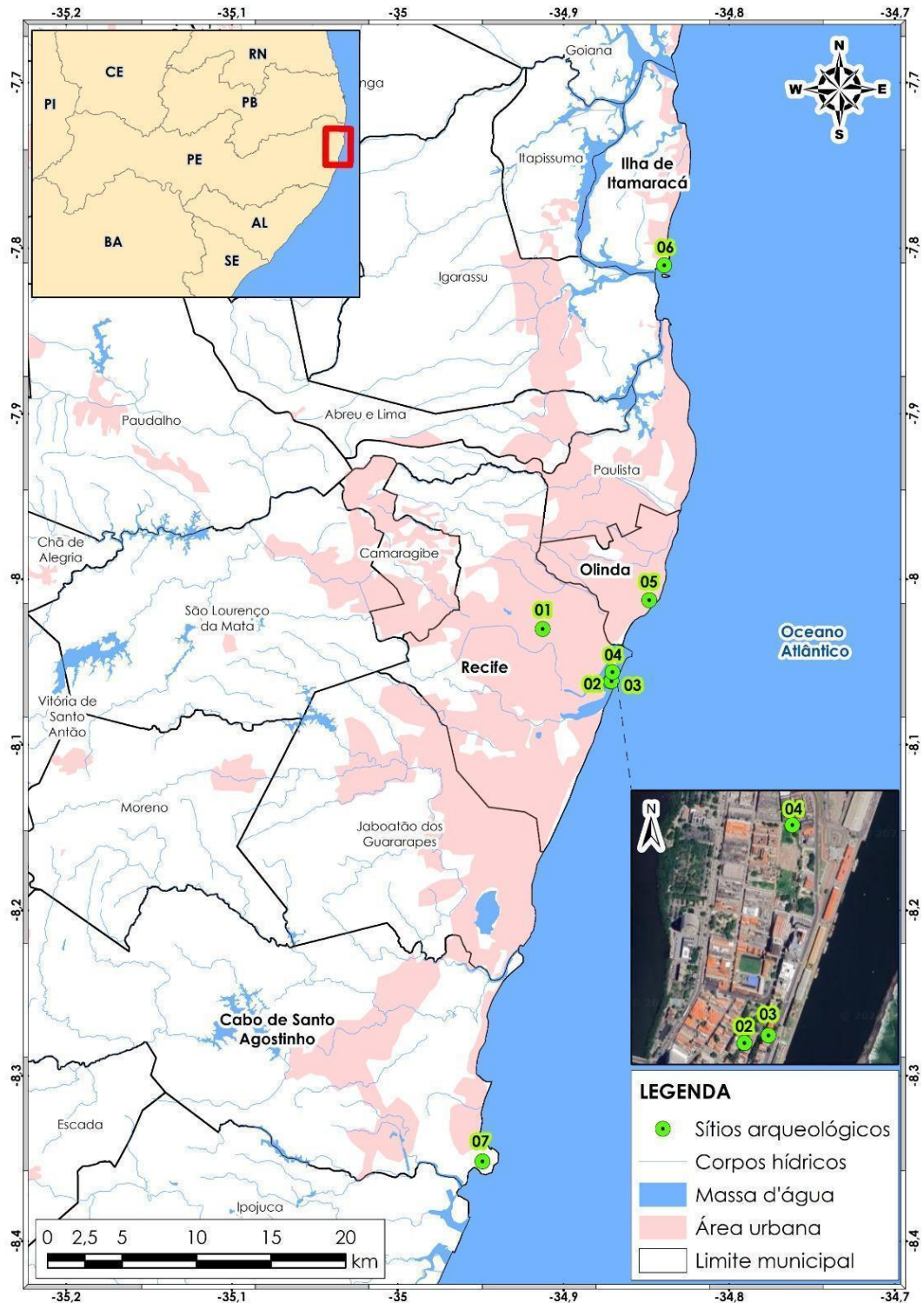
Além da paisagem cultural marítima, outras paisagens são pensadas, estabelecidas, impressas e apropriadas dentro de um dado contexto, que, no nosso caso, são os bens destacados para este trabalho, oriundos do litoral do Pernambuco Colonial. Nesse sentido, é possível identificar a paisagem da guerra e a presença de áreas fortificadas, além da apropriação do relevo e da paisagem dentro de uma lógica de defesa e ataque. São as paisagens naturais (caracterizadas pela topografia, vegetação, entre outras) em movimento, possibilitando esse outro tipo de paisagem (Miranda, 2003).

Contudo, todos os elementos presentes nas paisagens culturais de algum modo conversam entre si, se tocam, são parte um do outro. São testemunhos não só da gestão e concepção de determinados bens presentes na paisagem cultural, mas também dos movimentos a que essa paisagem cultural é submetida. Nesse sentido, utilizaremos o conceito de “entrelaçamento de paisagens”, por meio do qual as paisagens não podem ser observadas e analisadas separadamente, pois é necessário compreender a relação das diferentes paisagens, para se fazer a leitura do seu objeto de pesquisa dentro de dada paisagem (Orser Junior, 2002).

A partir dessa perspectiva, buscaremos estabelecer nossa análise relacionando os bens arqueológicos correspondentes à paisagem religiosa, como: (1) Arraial Velho do

Bom Jesus; (2) Sinagoga *Kahal Zur Israel* (Recife); (3) Baluarte Porta da Terra (Recife); (4) Igreja Nossa Senhora do Pilar (Recife); (5) Igreja Nossa Senhora da Graça (Olinda); (6) Forte Orange (Itamaracá); (7) Convento de Nossa Senhora de Nazaré (Cabo de Santo Agostinho). Buscaremos relacioná-los também à paisagem militar, a fim de entender os bens diante da perspectiva posta pela arqueologia da paisagem.

Figura 2. Mapa de localização dos sítios arqueológicos analisados.



Fonte: Elaboração própria. Elaborado por Daniel Quintino (2023).

MÉTODO DE ANÁLISE

Os sítios arqueológicos selecionados são caracterizados por estruturas arquitetônicas do período colonial com potencial socioeconômico. Diante disso, mapeamos as etapas do processo de patrimonialização, buscando compreender a incorporação desses bens na dinâmica da paisagem contemporânea.

A partir do entendimento da inserção dos bens na paisagem, buscamos analisar cada sítio individualmente, levantando aspectos históricos – sua origem, percepção enquanto bem arqueológico, fonte de evidências e narrativas – e administrativos – identificação, reconhecimento, proteção e conservação. Buscando estabelecer parâmetros de análise operacionalizáveis, os aspectos levantados foram lançados em planilha sob forma de atributos tabulados em uma matriz, com o intuito de sintetizar e viabilizar a análise dos dados.

O peso analítico conferido a cada eixo, por bem, foi atribuído conforme mostrado na Tabela 1.

Tabela 1. Matriz apresentando os parâmetros utilizados para o diagnóstico da patrimonialização dos bens do litoral de Pernambuco.

Eixo*	Processo	Nível		
		1	2	3
Educativo	Ed. Patrimonial	Inexistente	Ações pontuais	Ações contínuas
Patrimonialização	Identificação	Desconhecido	Identificado e não registrado	Identificado e registrado
	Reconhecimento	Inexistente	Pouca representatividade	Muita representatividade
	Proteção	Federal	Federal e estadual	Federal, Estadual e Municipal
Vigilância	Normatização	Inexistente	Incipiente	Consolidada
	Autorização	Sem acesso	Acesso restrito	Plano de acesso
	Fiscalização	Inexistente	Incipiente	Consolidada
	Conservação	Inexistente	Ações pontuais	Ações contínuas
Interação	Interpretação	Inexistente	Insatisfatório	Satisfatório
	Promoção	Inexistente	Ações pontuais	Ações contínuas
	Difusão	Inexistente	Ações pontuais	Ações contínuas

* O processo "Avaliação de Impacto" constante na PPCM não foi adotado na análise uma vez que não está relacionado à natureza dos bens arqueológicos selecionados.

Fonte: elaboração própria.

Com base na matriz, analisamos os aspectos relativos à gestão administrativa de modo integrado, buscando lançar um panorama geral (diagnóstico) da patrimonialização desses bens no litoral pernambucano.

FORTE ORANGE OU FORTALEZA DE SANTA CRUZ (ITAMARACÁ-PE)

Na História de Pernambuco, as unidades de defesa figuram nos livros e documentos históricos desde o século XVI, quando as primeiras estruturas foram construídas pelos portugueses. O Forte Orange, localizado na Ilha de Itamaracá, litoral norte de

Pernambuco, é um exemplo dessa dinâmica. Construído em 1631 pela Companhia das Índias Ocidentais (Dantas Silva, 2002), era originalmente uma bateria construída no acesso à Vila da Conceição e foi transformado em um forte para a defesa da barra do Canal de Santa Cruz (Richshoffer, 2004; Hefting, 2005). Abandonado após a derrota holandesa em 1654, foi ocupado e reconstruído em 1696, recebeu a denominação Fortaleza de Itamaracá e, mais tarde, Fortaleza de Santa Cruz. Todavia, a denominação Forte Orange permaneceu na memória local (Albuquerque; Lucena; Walmsley, 1999; Dantas Silva, 2002).

É monumento tombado em nível federal, registrado no Livro Histórico e de Belas Artes (processo nº 100) no ano de 1938. Recentemente, foi inserido na Lista Indicativa Brasileira do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e concorre ao título, juntamente com outras fortalezas do Brasil (Fortes Incluídos, 2017). O monumento está situado em área turística, de balneário, comumente procurada por visitantes locais e turistas (nacionais e estrangeiros).

O Forte Orange é de grande interesse arqueológico desde a década de 1970, quando a equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) iniciou suas pesquisas. No intuito de resgatar o monumento, o Iphan deu início a um projeto de pesquisa e restauração do forte. Na oportunidade, identificaram estruturas até então desconhecidas como cozinha, capela, alojamentos e paiol. A escavação arqueológica buscou subsidiar a restauração, fornecendo informações sobre a configuração arquitetônica do forte, que estava abandonado, em ruínas e coberto por densa vegetação naquele momento (Albuquerque; Lucena; Walmsley, 1999).

As pesquisas foram retomadas nos anos 2000 com a cooperação internacional entre a *MOWIC Foundation*, Ministério das Relações Exteriores holandês, o Ministério da Cultura do Brasil e o Iphan. Conhecido como Projeto Forte Orange, abrangeu a pesquisa arqueológica, restauração, medidas de conservação e contenção do avanço do mar (Hefting, 2005).

Uma terceira etapa da pesquisa arqueológica, realizada em 2015 pela mesma equipe, buscou subsidiar novo projeto de restauração do Iphan (Requalificação, 2015). Em 2 de agosto de 2018, o forte foi reaberto ao público após oito anos de obras de restauração e requalificação financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) (Forte Orange, 2018).

Em resumo, as escavações arqueológicas realizadas no forte deram sentido à presença do edifício no local. Embora tenham sido realizadas ações de educação patrimonial junto à comunidade e visitantes da Ilha durante as campanhas de escavação, a socialização do farto conhecimento histórico e arqueológico sobre o Forte Orange é uma tarefa contínua. O momento atual, contudo, exige esforços em outro sentido: a gestão do monumento e sítio arqueológico.

O Forte Orange apresenta, atualmente, estrutura edificada em boas condições de conservação, restaurada e aberta ao público para visitação. O sistema de sinalização e informação aos visitantes apresenta falhas na sua manutenção, com algumas placas ilegíveis. No que tange à gestão posterior às pesquisas arqueológicas, pode-se apontar algumas lacunas. Mesmo com a exposição da antiga porta holandesa, outros elementos como o poço de água e a casa de pólvora não estão disponíveis como informação aos visitantes. Outra questão é a ausência de exposição dos milhares de objetos escavados, bem como a musealização das peças de artilharia expostas nas muralhas. Esses elementos ampliariam o interesse do público pelo monumento e a visibilidade ao patrimônio arqueológico, que mesmo estudado, continua oculto, longe dos olhos do público.

Com respeito à edificação, muralhas e cobertas apresentam problemas pontuais como o avanço do mar sobre a base dos baluartes da parte sul e infiltrações na cobertura da área de exposição da porta holandesa. As instalações elétricas e hidráulicas apresentam bom estado, necessitando apenas de manutenção. Quanto à acessibilidade, o piso da Praça das Armas contempla acesso aos blocos A e B, mas não inclui acesso para todo o perímetro da área. Não há acessibilidade aos terraplenos. Os banheiros não se adequam às normas de acessibilidade. Algumas placas informativas apresentam danos que impedem a leitura e conhecimento acerca do bem (Consórcio Revive Brasil, 2022).

Com o fim das obras de restauração, a edificação foi cedida ao Município da Ilha de Itamaracá, que ficaria responsável pelo seu uso e manutenção, por um período de 12 meses, renováveis por termo aditivo. O forte, ainda sob administração municipal, tem caráter museológico, aberto à visitação pública, com entrada gratuita e visita guiada por autônomos. O pedido de renovação de agosto de 2023 foi contestado pelo setor técnico do Iphan-PE, sob alegação de que a prefeitura não teria cumprido com o zelo ao patrimônio nacional (Brasil, 2023b). Com financiamento público do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), o Programa Revive Brasil, inspirado no Programa Revive Portugal, incluiu o Forte Orange na lista de bens culturais a serem cedidos para aproveitamento econômico pela iniciativa privada (Consórcio Revive Brasil, 2022). No entanto, em dezembro de 2023, a Procuradoria Federal do Iphan emitiu parecer jurídico favorável à cessão provisória da edificação em favor da administração municipal (Brasil, 2023a). A documentação referente ao Forte Orange não aponta qualquer referência à participação ativa da sociedade civil no processo de gestão do Patrimônio Cultural. Toda a documentação consultada gira principalmente em torno das responsabilidades de manutenção e conservação do bem edificado.

Figura 3. Forte Orange. 3.1 – Aspecto da restauração interna no forte, na década de 1970; 3.2 – Escavação arqueológica nos anos 2000; 3.3 – Área interna Forte Orange hoje; 3.4 – Porta do forte holandês do século XVII.



3.1 - Fonte: Albuquerque, 2007; 3.2 - Fonte: Albuquerque, 2009; 3.3 - Foto: Milena Duarte, 2023; 3.4 - Foto: Marcelo Lins, 2023.

IGREJA NOSSA SENHORA DA GRAÇA / COLÉGIO JESUÍTA / SEMINÁRIO DE OLINDA (OLINDA-PE)

No ponto mais alto de Olinda fundou-se, ainda antes da primeira metade do século XVI, uma capela dedicada à Nossa Senhora da Graça. Por volta de 1551, o templo foi doado aos primeiros jesuítas que chegaram a Olinda em missão liderada pelo padre Manuel da Nóbrega, que aqui deixou o padre Antônio Pires como responsável pelo estabelecimento.

Em 1759, dentro da política de fortalecimento dos poderes da monarquia, o Marquês de Pombal decretou a expulsão dos jesuítas do Brasil e o confisco de seus bens. A propriedade passou para o bispado local. Em 1800, foi instalado no edifício o Seminário de Olinda, idealizado e fundado pelo Bispo Azeredo Coutinho. A Igreja Nossa Senhora da Graça mantém suas características arquitetônicas maneiristas até os dias atuais.

O Sítio Histórico de Olinda vivencia, desde 1970, um período de reconstrução das suas vias e urbanização dos seus traçados, alguns deles alterando edificações importantes para o contexto histórico. Em 1980, Olinda se consolida e ressurgue com um potencial turístico e começa a ser explorada. Mediante essa exploração, ressurgem as discussões e intervenções nas áreas com potencial arqueológico e/ou histórico.

Em 1973 ocorreram as primeiras pesquisas arqueológicas e de restauração, uma experiência interdisciplinar importante para o período no Brasil, realizadas por pesquisadores vinculados à UFPE e financiadas pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). A Segunda Campanha foi realizada em 2019 e teve duração de três meses, financiada pela Cúria Metropolitana.

O bem é mantido pelo Seminário de Olinda, cuidado por seminaristas, por religiosos e pela comunidade local, que realiza celebrações religiosas no espaço santo; entretanto, algumas atividades estão restritas apenas ao uso religioso e pastoral. Em relação à acessibilidade, poucas alternativas viáveis foram implantadas na edificação histórica, o que dificulta a visita para idosos com necessidades especiais e pessoas com deficiência (PCD). Pontuamos, portanto, a necessidade de melhoria nesse aspecto, com intervenções visando a acessibilidades para esses grupos, de modo que o bem possa ser um agente construtor de empatia sociocultural.

Figura 4. Igreja N. S. da Graça. 4.1 – Igreja N. Sra. das Graças e Seminário de Olinda; 4.2 – Vista da Igreja N. Sra. das Graças e Seminário de Olinda com destaque para o farol de Olinda; 4.3 – Escavação da nave Igreja N. Sra. das Graças em setembro de 2019; 4.4 – Remanescentes humanos evidenciados durante escavação da nave da Igreja N. Sra. da Graça.



4.1 - Fonte: Prefeitura de Olinda, s/d; 4.2, 4.3, 4.3 - Foto: Rúbia Nogueira, 2019.

IGREJA NOSSA SENHORA DO PILAR (RECIFE-PE)

A Igreja de Nossa Senhora do Pilar, também é conhecida por Igreja do Pilar, teve sua gênese ainda no ano de 1679, quando o então governador Ayres de Souza e Castro doou, por meio de uma carta, o já em desuso Forte de São Jorge para o capitão-mor João do Rego Barros. Nessa carta, o Governador fazia uma ressalva para que na área do forte fosse construída a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, e assim foi feito.

Edificada com pedras, tijolos e cantarias, todo o material construtivo abandonado e advindo da antiga muralha da cidade do Recife, bem como a estrutura em desuso do Forte de São Jorge, a Igreja de Nossa Senhora do Pilar começou a ser erguida no ano de 1680. Ainda nos primeiros anos de sua edificação e uso, foi sepultado o próprio João do Rego Barros, após ter sido acusado de ter envolvimento na *Guerra dos Mascates*¹ e preso. Também foi nessa Igreja que carmelitas descalças passaram a residir no entorno do templo religioso ainda no final do século XVII, e que teve usando-a por mais de dois séculos, até que, no ano de 1899, a população conhecida como “fora de Portas” se uniu e com recursos próprios elaborou a primeira reforma significativa da Igreja, inclusive foi colocado como marco, a data da reforma na fachada da Igreja, logo acima da porta.

¹ Confronto armado que envolveu os senhores de engenho de Olinda e os comerciantes portugueses do Recife, chamados pejorativamente de “mascates”. O conflito se encerraria em 1711, com a equiparação político-administrativa autônoma de Recife e Olinda (Fundaj, 2018).

Figura 5. Lingueta de Terra, século XVII, Recife-PE.

Mapa do Bairro do Recife em 1648, baseado no Atlas Histórico Geográfico de José Luís da Mota Menezes, via dissertação de Nancy Siqueira Nery na UFPE

Fonte: Atlas Geográfico de José Luís da Mota Menezes. Destaques em vermelho – edificações com proteção da muralha com seus baluartes, demarcação da Porta da Terra, a região “Fora de Portas”, a área arqueológica do Pilar, fortes de São Jorge e Brum. Fonte: Bento, 2023.

A Igreja de Nossa Senhora do Pilar é um bem cultural tombado (Processo de Tombamento nº 0761-T-65) com inscrição nº 483 no Livro de Belas Artes e “nº 385” no Livro Histórico, em 25 de outubro de 1965. Construída no final do século XVII, na região de *Fora de Portas*, a igreja possui fachada maneirista com inclusão de elementos neoclássicos. Com nave única, em seu interior se destaca a abóbada da capela-mor, semiesférica, que apresenta azulejos portugueses. Também merece destaque sua torre sineira adornada com oponente pináculo. Pouco mais de quarenta anos depois da data de seu tombamento patrimonial, a Igreja do Pilar voltou a ser alvo de debates nas agendas de gestores e outras autoridades públicas e religiosas, principalmente porque a estrutura da igreja havia sido depredada, saqueada e boa parte de sua estrutura estava em ruínas. O *Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados* (Iphan, 2004), sobre a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, revela a existência de dez lápides ossuárias localizadas no corredor lateral de acesso para a escada do coro e que na ocasião da elaboração do inventário foram encontrados na nave da edificação restos mortais profanados. O Iphan ainda tem documentos a respeito de bens como imagens sacras desaparecidas.

Supervisionada e financiada pelo Iphan, a Igreja de Nossa Senhora do Pilar passou por obras técnicas entre os anos de 2009 e 2013, nas quais cerca de 60 moradores locais integraram-se à equipe, gerando renda para suas famílias. O trabalho de restauro foi executado em diversas etapas pela empresa arrematadora do contrato licitatório² *Jorge Passos Arquitetura e Restauro Ltda*: prospecção de paredes para fins de monitoramento da história construtiva da edificação; obras de instalações elétrica, hidráulica, telemática, execução de W.C e copa; madeiramento de assento para telhas artesanais, ornamentos da torre sineira, seus pináculos, frisos, pintura (externa e parcialmente interna); restauro exterior com aplicação de fibra de vidro da abóbada do altar-mor, recuperação do lanternim de vidro da sacristia; preparação das aberturas das portas e janelas, forros, assoalho, balaustrada e escada de acesso ao coro, óculo do frontão e piso externo em tijoleira etc. Já as intervenções específicas de restauro dos ornamentos internos da nave, recuperação dos azulejos da abóbada, altar mor, piso em ladrilho hidráulico foram

² As obras da empresa contratante ocorreram entre os meses de janeiro e agosto do ano de 2010.

realizadas por Iphan. Os recursos para a obra foram provenientes do Governo Federal por *Programa de Aceleração de Crescimento “(PAC)”* no valor de R\$ 575.893,84. Após o término das obras de restauro e adequações previstas no projeto, como a instalação de rampa de acessibilidade - PCD, a Igreja teve sua responsabilidade devolvida à Arquidiocese de Olinda e Recife, a qual deve preservar e ministrar as cerimônias litúrgicas, previstas no anuário da *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil “(CNBB)”*³ para a comunidade do Bairro do Recife e aos demais católicos que desejem participar dos ritos eclesiásticos.

A partir de 2023, a Igreja de Nossa Senhora do Pilar tem testemunhado outro fenômeno social, que é o crescimento acelerado e a construção de moradias irregulares nas imediações do pátio central nos perímetros laterais da igreja, cada vez mais próximos desse patrimônio histórico restaurado. Os ritos religiosos foram mantidos (mesmo com inúmeros hiatos no que diz respeito a frequência dessas ações), bem como o uso social, já que a Igreja de Nossa Senhora do Pilar é um importante espaço para reuniões, palestras, oficinas e outras demandas de interesse coletivo para a sua comunidade.

Essa importantíssima igreja histórica, com arquitetura de singular beleza não faz parte do *Recife Sagrado (2015)*, projeto lançado no ano de 2014 pela Prefeitura do Recife que fomenta o turismo em seis igrejas – Madre de Deus, Ordem Terceira de São Francisco (Capela Dourada), Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio, Basílica de Nossa Senhora da Penha, Santa Tereza D’Ávila da Ordem Terceira do Carmo, Basílica de Nossa Senhora do Carmo e a Sinagoga *Kahal Zur Israel*. Mesmo que a Igreja Nossa Senhora do Pilar esteja próxima ao marco zero da cidade, polo multicultural de grandes eventos com expressivo volume de visitantes ao longo do ano, não há políticas públicas para sua inclusão na rota dos templos ou outros projetos de educação patrimonial. O investimento que ultrapassou meio milhão de reais para a recuperação da Igrejinha do Pilar parece permanecer “invisível” na paisagem histórica e arqueológica da cidade. Cabe-nos perguntar: qual o motivo para esse apagamento? Essa igreja não tem sua merecida relevância ou trata-se da exclusão necrossocial que distancia comunidades dos interesses econômicos?

³ Instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, na qual exercem conjuntamente funções pastorais em favor dos fiéis (cf. cân. “381”, § 2). Nela, a exemplo dos Apóstolos, os Bispos procuram dinamizar a própria missão evangelizadora para melhor promover a vida eclesial e responder de modo mais eficaz aos desafios contemporâneos (cf. cân. 447) (CNBB, 2024).

Figura 6. Igreja N. Sra. do Pilar. 6.1 – Igreja do Pilar; 6.2 – Igreja do Pilar no Início do século XXI, antes da reforma; 6.3 – Igreja do Pilar em 2023.



6.1 - Fonte: Acervo Porto Digital, sem data. Autoria desconhecida;

6.2 - Foto: Flickr. Pedro Valadares, 2007; 6.3 - Foto: Rodrigo Ibson, 2021.

BALUARTE PORTA DA TERRA (RECIFE-PE)

O Baluarte Porta da Terra é um componente arquitetônico que integra a muralha que contorna a área onde hoje está o Bairro do Recife. Essa estrutura faz parte do Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Artístico do Bairro do Recife, tombado pelo Iphan em 1998 (Albuquerque; Lucena; Walmsley, 1999). Ele foi evidenciado durante a execução das obras do Programa Luz e Tecnologia, em 2001, que tinha a finalidade de embutir os cabos de eletricidade no solo. Na ocasião, a equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE, coordenada pelo arqueólogo Marcos Albuquerque, realizou o registro e as primeiras intervenções no local. No entanto, as pesquisas só foram retomadas nos anos de 2004 e 2005, sob coordenação da arqueóloga Dra. Anne-Marie Pessis, professora vinculada à UFPE, com o intuito de evidenciar ao máximo a estrutura e criar um plano museal (Campello, 2021).

A estrutura é datada do período de ocupação holandesa que ocorreu entre os anos de 1630 e 1654. Apesar de não saber ao certo o ano de sua construção, somente nas iconografias dessa fase a estrutura passa a ser representada. Os holandeses consolidaram e expandiram as ocupações de Recife, incluindo o investimento em fortificações como os Fortes do Brum, o Forte Ernesto, o Forte do Buraco, o Forte Orange e o sistema de muralhas, que resultou na divisão do território dentro ou fora de portas, aplicando as técnicas construtivas de eficácia comprovada em sua terra de origem inclusive em áreas alagadas.

Para além de sua localização exata, os questionamentos sobre sua autoria eram recorrentes, visto que as iconografias que registram as alterações na paisagem das cidades de Recife e Olinda, e mais precisamente o Bairro do Recife, apresentam

informações distintas e a documentação disponível não contém esse dado (Medeiros, 2005). A informação mais próxima à confirmação de sua autoria é um documento que encomenda uma “forte trincheira de pedra e cal, com uma altura de 3.30m para o lado do mar”, ao engenheiro construtor português Cristóvão Álvares, datado de um período anterior à invasão holandesa.

De acordo com Medeiros (2005), apesar de o construtor ser lusitano, a autoria é holandesa, pois o Baluarte é um exemplar da eficácia das técnicas construtivas em locais alagados. Sua base está assentada diretamente no sedimento, sem a necessidade de nenhum alicerce rochoso natural. Sua função principal, foi impedir a entrada de água na cidade que vivia à mercê do regime de marés. A forma da estrutura remete a uma configuração de defesa que é sua função secundária. O exterior da construção tem 3,9 m de altura e é formada por um talude de cantaria de pedras quadradas ou retangulares encaixadas com primazia. Já a parte interna, que contém alguns pacotes sedimentares de aterros, chega a 2,6 m e é formada por uma argamassa forte de pedras irregulares e cal, moldada por formas de madeira, depositada camada por camada à medida que se consolidava. As iconografias, como uma tela atribuída a Frans Post que retrata a entrada da cidade no Período Holandês e uma imagem de 1788 de autoria de um soldado Olindense, analisadas por Medeiros (2005) na sua contrastação de hipótese, demonstram não só sua localização, mas que a altura total da estrutura no século XVII seria de 2 m ou 3 m acima do que foi encontrado.

Os artefatos associados evidenciados nessa escavação somam mais de quarenta mil peças, em sua maioria de origem europeia, como peças de louças (faianças, faianças finas, porcelanas, cerâmicas utilitárias), cachimbos, balas de chumbo, material construtivo, moedas, joias, partes de vestuário e outros materiais ligados a contextos domésticos. Todos foram encontrados na área “fora de portas”, em que a deposição sedimentar natural se preservou.

As alterações escolhidas para transformar a ruína em museu a céu aberto foram os muros de contenção da calçada que foi restaurada, uma guarda corpo de vidro que permite a visualização da estrutura. Foram adicionadas duas rochas em lacunas deixadas na estrutura por tubulações de água implantadas em um dos processos de urbanização do século XX, e uma placa protegida por uma estrutura também de vidro que relata as informações sobre o bem (Campello, 2021).

As críticas à escolha da forma de exposição do bem envolvem a falta de menção aos materiais arqueológicos identificados durante a campanha, tendo em vista a ampla variedade de material. Atualmente, o espaço está abandonado, não tendo evidências de manutenção pela Prefeitura do Recife. É possível observar lixo descartado e sinais de vandalismo no sítio arqueológico.

Figura 7. Baluarte Porta da Terra. 7.1 – Perímetro da área onde foi identificado o Baluarte antes da escavação; 7.2 – Estrutura do baluarte evidenciada após as escavações arqueológicas; 7.3 – Museu a céu aberto contendo placa informativa; 7.4 – Museu a céu aberto onde é possível observar mureta de proteção.



7.1, 7.2 - Fonte: Medeiros, 2005; 7.3, 7.4 - Fonte: Campello, 2021.

SINAGOGA KAHAL ZUR ISRAEL (RECIFE-PE)

A Sinagoga *Kahal Zur Israel* (Rochedo de Israel), localizada na Cidade do Recife, Pernambuco, é um marco histórico e arqueológico significativo por ser reconhecida como a primeira Sinagoga das Américas (Weitman, 2003). Sua história remonta ao século XVII, quando a localidade era um importante entreposto comercial durante a colônia holandesa no Nordeste (Albuquerque, 2003). Essa Sinagoga foi fundada por judeus sefarditas que haviam fugido da Inquisição espanhola e portuguesa na Europa e se estabelecido em Recife. Entre os fugitivos, estava Duarte Saraiva, um comerciante português que, posteriormente, adquiriu o terreno⁴, disponibilizando-o para a realização de cultos judaicos.

A *Kahal Zur Israel*, dessa forma, foi inaugurada em 1636, tornando-se a primeira congregação judaica organizada das Américas na antiga Rua dos Judeus, hoje denominada

⁴“Visto que os limites do Recife de Olinda são muito pequenos para acomodar os comerciantes de acordo com suas necessidades, assim foi decidido pelo Alto Conselho, aqui no Brasil, a venda de um pedaço de terra medindo 80 pés de comprimento e 60 de largura, situado fora do portão onde está situada a sentinela do “Bokkenwacht”, ao senhor Duarte Saraiva, comerciante livre, nessa cidade, pela soma de 450 reais de oito, para que ele construa uma casa da maneira que ele desejar e que ele possa vender esse terreno ou a casa para ganho próprio” (Unknow, 2014).

de Rua do Bom Jesus (Cunha, 2007). A Sinagoga não só serviu como local de culto religioso, mas também como um centro de preservação da cultura e identidade judaica sefardita. Ela desempenhou um papel crucial na manutenção dessa identidade dos imigrantes sefarditas na América, especialmente quando o Rabino Isaac Aboab da Fonseca partiu de Amsterdã para Recife no intuito de resgatar e perpetuar essa identidade. Seu legado histórico é um testemunho vivo da diáspora judaica e da contribuição dos judeus para a rica tapeçaria cultural do Brasil (de Glasman, 2011).

Após os portugueses retomarem o controle de Pernambuco, expulsando os holandeses da região em 1654, muitos judeus, temendo novamente a perseguição da Inquisição, fugiram. Alguns migraram para a América do Norte, fundando mais tarde a cidade de Nova York (Levy, 2018). Após esse período, persistiram dúvidas acerca da existência da Sinagoga. O edifício referido a ela passou por diversas modificações ao longo do tempo. O prédio foi utilizado para o aquartelamento de soldados no período compreendido entre 1654 e 1679. Depois, foi entregue para João Fernandes Vieira como prêmio pelo desempenho na guerra. Em outubro de 1679, os padres da congregação do oratório de Santo Amaro receberam de Fernandes Vieira o lugar como doação. Logo após, tornou-se estabelecimento comercial do ramo de materiais elétricos (Albuquerque, 2003).

Diante do questionamento da Federação Israelita de Pernambuco quanto à verdadeira localização da Sinagoga, um grupo de historiadores e arquitetos dedicou-se aos estudos das antigas documentações cartográficas e históricas. Surgiu, então, a suposição do local da antiga Sinagoga, embora não dispusessem da localização material exata do prédio. Assim, em 1999, a Federação contratou a equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE com o objetivo de realizar escavações que pudessem comprovar a localização precisa do edifício. Os trabalhos foram conduzidos de outubro de 1999 a janeiro de 2000, com suporte financeiro da Fundação Filantrópica Safra (Albuquerque, 2003).

Escavações na área do piso e nas paredes laterais do edifício revelaram uma parede do século XVII. Além disso, foram notadas diversas adaptações feitas ao longo do tempo para expandir o espaço, refletidas nas alterações nos níveis dos pisos. Descobriu-se sete níveis distintos, sendo o mais antigo de origem holandesa utilizado pelos Judeus (Albuquerque, 2003).

Uma das descobertas arqueológicas mais significativas no que se refere à identificação do local como a antiga Sinagoga foi o *Mikvê*⁵. Observou-se que o poço havia sido construído no interior do edifício, apresentando apenas um cômodo para acesso, sendo o único que comportava um piso com revestimento em pedras. O achado foi confirmado por um Tribunal Rabínico (Albuquerque, 2003). Conforme as pesquisas arqueológicas foram se findando, no ano 2000, a Sinagoga foi tombada pelo Iphan como parte do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do Bairro do Recife, ficando evidente os claros objetivos envolvidos em sua preservação patrimonial.

Além de sua importância histórica, a *Kahal Zur Israel* hoje é um museu que celebra essa mesma cultura judaica sefardita em Pernambuco, exibindo artefatos históricos e objetos religiosos que ilustram a jornada e a herança dos judeus sefarditas na região. A Educação Patrimonial fornecida pela gestão do local serve como um meio de interação com a sociedade, promovendo a reflexão sobre a rica memória sefardita do passado

⁵ O *Mikvê* é uma parte vital das práticas de purificação no judaísmo, utilizado para conversão, pureza familiar, preparação para festividades e outros rituais. Ele simboliza a renovação espiritual e a adesão às tradições judaicas, representando um elo contínuo com a herança e a identidade judaica (Gomes, 2011).

pernambucano. Com o tempo, a eficácia dessa abordagem se torna cada vez mais evidente. A sinagoga organiza diversas palestras, seminários e eventos culturais, sendo um destaque anual o Festival da Cultura Judaica: Sefarad da Península Ibérica para o Mundo, um notório festival que acontece geralmente em novembro, transformando a Rua do Bom Jesus com diversas atrações vindas diretamente de Israel, além de uma variedade de culinárias e pratos típicos judaicos (dados não publicados).

Além disso, são oferecidos passeios guiados pelo Moré⁶ da sinagoga na chamada “Rota das Estrelas”. Nesse percurso, o público é levado a conhecer pontos históricos importantes da época do judaísmo secreto, destacando figuras como Branca Dias, Diogo Fernandes, Bento Teixeira e Jorge de Caja (Niskier, 2006). A sinagoga também promove programas educacionais e culturais para visitas de escolas da região. Sendo assim, essa sinagoga como local histórico e cultural é uma janela para o passado e uma lembrança viva da diversidade étnica que enriqueceu a história das Américas.

Figura 8. Sinagoga Kahal Zur Israel. 8.1 – Rua dos Judeus de Zacharias Wagener, 1641; 8.2 – Fachada da Sinagoga, localizada na Rua do Bom Jesus; 8.3 – *Mikvé* identificado durante as pesquisas arqueológicas; 8.4 – *Mikvé* depois das pesquisas arqueológicas e do processo de restauração.



8.1 - Fonte: Autoria desconhecida; 8.2 - Foto: Paula Monteiro, 2023;
8.3 - Fonte: Albuquerque, Lucena, 2003; 8.4 -Foto: Paula Monteiro, 2023.

ARRAIAL VELHO DO BOM JESUS (RECIFE-PE)

Inserida em meio à área urbana no bairro de Casa Amarela, na zona norte do Recife, a estrutura arqueológica e arquitetônica remanescente do Forte Real do Bom Jesus,

⁶ O Moré é responsável por ministrar aulas sobre a Torá, o Talmude e outros textos sagrados, ensinando hebraico, história judaica, tradições e práticas religiosas. Essas aulas podem ser direcionadas a crianças, adolescentes e adultos (França, 2022).

também conhecido como Arraial Velho do Bom Jesus, está localizada em um parque público denominado Sítio da Trindade. O local é um sítio histórico, que compreende 6,5 hectares de área verde (O Recife, 2023), em que estão os remanescentes do Forte Arraial Velho e de um chalé histórico que pertenceu à família Trindade Peretti, antiga proprietária da área, que atualmente é utilizada para atividades de lazer com realização de atividades culturais e como setor administrativo, no caso do chalé, além de abrigar o Memorial da Democracia.

A documentação histórica aponta a existência do Forte Real do Bom Jesus entre os anos de 1630 e 1635, durante a ocupação holandesa em Pernambuco. O forte foi edificado para compor o sistema defensivo luso-brasileiro com o intuito de impedir o avanço das tropas holandesas que ocuparam o litoral para o interior do território, impedindo, assim, o acesso aos engenhos de açúcar. Em seu entorno, foi surgindo gradativamente um pequeno povoado denominado Arraial do Bom Jesus. O forte resistiu até 1635, quando foi sitiado pelas tropas holandesas comandadas pelo coronel Chrestoffle Arzciszewsky, tendo sido destruído e abandonado. Posteriormente, em 1859, o Imperador Dom Pedro II, em visita à Pernambuco, buscou localizar as ruínas do antigo forte, mas não alcançou seu objetivo (Albuquerque; Lucena; Nogueira, 2009).

No ano 1922, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano realizou uma localização aproximada do Forte Real do Bom Jesus, a partir de levantamento histórico textual e iconográfico, tendo instalado um obelisco e uma placa informativa assinalando sua existência no interior do Sítio da Trindade. Na segunda metade do século XIX, o terreno onde fora a unidade de defesa foi adquirido pela família Trindade Peretti, tendo sido desapropriado em 1952 e declarado como bem de utilidade pública. Na década de 1960, o local foi palco do surgimento do Movimento de Cultura Popular (MCP), que foi extinto em 1964.

Em 1968 e 1969, o então Setor de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (atual Laboratório de Arqueologia da UFPE), com o apoio da Prefeitura Municipal do Recife, desenvolveu uma pesquisa arqueológica prospectiva, com vistas a localizar evidências materiais daquele forte seiscentista, cuja hipótese era que a edificação foi construída em terra. A campanha de 1968 resultou na identificação da escarpa e contraescarpa do fosso que circundava o Forte Real do Bom Jesus, realizada a partir da escavação de uma trincheira no topo da elevação até as cotas mais baixas do terreno.

Vinte anos depois, a estrutura relacionada ao Forte Real do Bom Jesus não foi devidamente preservada, estando praticamente obstruída por lixo. Por fim, em 2009, a mesma equipe realizou a avaliação de impacto visando ao licenciamento ambiental do Projeto Refinaria Multicultural. O projeto propunha a construção de um equipamento voltado ao ensino, à produção e à divulgação de produtos culturais, bem como à valorização arqueológica do lugar.

Em relação à estrutura arquitetônica revelada no final da década de 1960, foi realizada a remoção da vegetação e do lixo acumulados ao longo do tempo, evidenciando novamente a estrutura do fosso. Quanto à conservação da estrutura em terra, tendo em vista as experiências anteriores, o fosso foi coberto por grama e recebeu um sistema de irrigação e drenagem. Além das ações de conservação, a estrutura foi sinalizada com a colocação de placa indicativa da estrutura remanescente do Forte Real do Bom Jesus e placas informativas sobre o bem arqueológico.

Atualmente, a estrutura está novamente abandonada, ainda coberta com grama, mas sem o sistema de irrigação e drenagem. Restam apenas as estruturas das placas colocadas na campanha de 2009, que estão em mau estado de conservação. Quanto às proteções, em 1974, o Sítio da Trindade (Arraial Velho do Bom Jesus) foi tombado pelo

Iphan, por meio de sua inscrição no Livro Histórico, volume 1, folha 74, inscrito sob o número 447, em 17 de junho de 1974 (Processo nº 0487-T-53). A área que inclui o forte foi tombada como conjunto paisagístico constituído por Bem Imóvel, do tipo conjunto arquitetônico, com estado de conservação regular e de preservação pouco alterado e está cadastrado no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) sob o código nº PE2611606BICA00008 (Iphan, 2023a). Posteriormente, foi transformado em Zona Especial de Preservação Histórico-Cultural – ZEPH 1, Setor de Preservação Rigorosa – SPR, por meio da Lei Municipal nº 16.176, de 12 de abril de 1996. Em 3 de maio de 2022, o Forte Real do Bom Jesus foi inserido como bem arqueológico no SICG sob o código nº PE2611606BAST00007 (Iphan, 2023b), tendo seu registro migrado do antigo Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA nº PE00052 e nº PE00079 – atualização da ficha).

Figura 9. Arraial Velho do Bom Jesus. 9.1 – Situação da estrutura de fosso do Forte Real do Bom Jesus no início da campanha; 9.2 – Implantação da grama e sistema de irrigação e drenagem na área do fosso; 9.3 – Placa indicativa do bem arqueológico, fixada em 2009; 9.4 – Placa informativa sobre o Forte Real do Bom Jesus.



9.1, 9.2, 9.3, 9.4 - Fonte: Albuquerque, Lucena e Nogueira, 2009.

Considerando a área pública do parque, a comunidade circunvizinha ao sítio a visita com frequência para a prática de lazer, esportes e para as atividades e eventos culturais que ocorrem em diferentes períodos do ano. Em relação ao acesso, apenas quando solicitado, uma funcionária do Memorial da Democracia, que possui em suas instalações uma sala dedicada ao período da ocupação holandesa, acompanha a visita ao sítio. A área é acessível a cadeirantes por meio de trilhas pavimentadas ao longo do parque.

CONJUNTO ARQUEOLÓGICO-ARQUITETÔNICO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ OU REDUTO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ (CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE)

Localizada sobre o ponto mais alto do promontório do Cabo de Santo Agostinho, o conjunto arqueológico e arquitetônico da igreja de Nossa Senhora de Nazaré é composto atualmente por quatro estruturas. A primeira é a igreja que dá nome à vila, fundada antes de 1580, possivelmente por Pero Dias Fonseca, senhor do engenho Tabatinga na antiga freguesia de São Miguel de Ipojuca, atual município de Ipojuca. De estilo maneirista, foi ampliada entre 1590 e 1603, passando de uma pequena ermida a uma igreja, contanto com um campanário anexo, mas já com uma cúpula sobre o altar-mor em forma de uma pirâmide octogonal, denominadas pelos cronistas como “a vela branca” (Mello Neto, 1979). Foi parte do Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré, construído em 1632 pelo conde de Bagnuolo, sendo essa a segunda estrutura mais antiga desse conjunto (tirando o casario da vila)

O forte foi utilizado entre 1632 até 1635, quando, devido à falta de mantimentos e ao cerco que começou em 1634, o porto de Nazaré (atual praia de Suape) foi ocupado pela Companhia das Índias Ocidentais. Durante os anos de 1635 a 1645, foi erguido um fortim ao redor da igreja, batizado de Domburg, e o templo foi utilizado para culto calvinista. Em 1645, após retomada do porto de Nazaré e seus arredores pelos restauradores, voltou a ser uma igreja católica e uma sede provisória para o exército restaurador.

Após a expulsão dos neerlandeses em 1654, as terras ao redor da igreja foram doadas pelas netas de Pero Dias à ordem Carmelita, que inicialmente fundou um hospício anexo à igreja. Com o crescimento e a fama desse local por romeiros e peregrinos, logo se tornou um dos conventos mais importantes da ordem em Pernambuco, sendo essa a terceira estrutura do conjunto.

O convento foi utilizado até meados do século XVIII, quando teve que ser abandonado por ordens vindas acerca da reestruturação da ordem carmelita no Brasil. Quase um século depois, a igreja estava em estado de semiabandono, pois os únicos a cuidarem dela eram os moradores e alguns senhores de engenho; porém, foi anexado um cemitério, sendo o terceiro campo santo na área, pois durante a ocupação neerlandesa provavelmente existiu um e durante a presença da ordem carmelita, outro (Rocha, 2017).

A igreja, o convento e o cemitério foram alvos de estudos e restauros entre 1959, pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Dphan, coordenado pelo estudioso Ayrton de Carvalho. Entre 1976 e 1979, foram objeto de estudo arqueológico pela Fundarpe para a criação do parque metropolitano do Cabo de Santo Agostinho (atual Armando de Holanda Cavalcante). Porém, somente em 2015 foram evidenciados em superfície parte da estrutura do forte Real, ao redor do conjunto arquitetônico. Escavações iniciais só foram realizadas em 2017 e depois em 2022, pela razão de salvamento do sítio durante as obras de urbanização e saneamento promovidas pelos gestores do parque (Alves, 2016; Dantas, 2023; Menelau, 2017; Rocha, 2017).

Hoje, a igreja, o convento e todo o seu acervo são tombados pelo Iphan; o cemitério e o forte fazem parte de um projeto de ampliação do perímetro desse tombamento. Já a nível estadual, o conjunto está dentro do perímetro de tombamento do Cabo de Santo Agostinho e da baía de Suape, pela Fundarpe, desde 1993.

O conjunto é gerido pela empresa Suape e pela Ordem Carmelita, e o acesso é realizado pela estrada da vila de Nazaré. Apesar de ser aberto à visitação mediante uma taxa simbólica, não existe um tratamento direcionado aos visitantes, como sinalização, guias ou acesso para PCD. Logo, o valor histórico e arqueológico não é transmitido. O acesso é

realizado por parte da estrada pavimentada da vila. A visita ao conjunto é paga, contudo, não possui guias. A área para visitação se limita somente aos dois edifícios. Há iluminação na igreja e somente duas placas informativas dedicadas à igreja e ao convento.

Figura 10. Conjunto arqueológico e arquitetônico da igreja de Nossa Senhora de Nazaré.

9.1 – Mapa do Forte de Nazaré, 1634; 9.2 – Fotografia aérea durante as escavações da década de 1970; Ruínas do Convento Carmelita; Igreja de N. Sra de Nazaré.



10.1, 10.2 - Fonte: Rocha, 2017; 10.3, 10.4 - Fotos: Lucas Rocha, 2023.

ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados da matriz elaborada à luz dos parâmetros da PPCM evidenciou, no âmbito geral, a necessidade de ações voltadas para a implantação das diretrizes preconizadas.

Com relação ao eixo educativo, verificou-se que as ações de educação patrimonial ocorrem de forma pontual, com exceção da Sinagoga *Kahal Zur Israel*, cuja administração privada dispõe de profissionais capacitados e de visita guiada, conferindo-lhe nível 3 de gestão. Nos demais bens, a mediação com o público ocorre sob demanda ou com a utilização de recursos como placas explicativas.

Quanto ao eixo da patrimonialização, os parâmetros estabelecidos evidenciaram que todos os bens são protegidos, obtendo, nesse ínterim, níveis altos de gestão, sobretudo no Arraial do Bom Jesus, na Sinagoga *Kahal Zur Israel*, na Igreja N. Sra. da Graça e no Forte Orange. A maior parte dos bens está protegida pelo instrumento do tombamento, apenas o Arraial está também cadastrado como bem arqueológico, apesar de os demais bens terem sido alvo de intervenções arqueológicas. Esse eixo se mostra, portanto, efetivo em todas as esferas analisadas.

Tabela 2. Tabela da matriz de avaliação dos bens arqueológicos com base nos eixos e processos da Política do Patrimônio Cultural Material – PPCM (2018).

Eixo	Processo	Bens arqueológicos						
		Arraial Velho do Bom Jesus	Sinagoga Kahal Zur Israel	Baluarte Porta da Terra	Igreja Nossa Senhora do Pilar	Igreja de Nossa Senhora da Graça	Fortaleza de Orange	Conjunto Arqueo. Arquit. Ig. N. Sra. Nazaré
Educativo	Ed. Patrimonial	2	3	1	2	2	2	1
Patrimonialização	Identificação	3	3	3	3	3	3	3
	Reconhecimento	3	3	1	1	3	3	1
	Proteção	3	3	2	3	3	3	3
Vigilância	Normatização	1	3	1	1	2	2	1
	Autorização	3	3	1	2	2	3	2
	Fiscalização	3	3	1	1	2	3	2
	Conservação	1	3	1	1	2	3	2
Interação	Interpretação	1	3	1	1	1	3	1
	Promoção	1	3	1	1	1	3	1
	Difusão	1	3	1	1	1	3	1
Nível da Gestão	Geral	2	3	1,272727273	1,545454545	2	2,818181818	1,636363636

Fonte: elaboração própria.

A vigilância foi analisada no âmbito das normas e autorizações de acesso ao bem, assim como das ações de fiscalização e conservação, resultando na classificação de dois bens com os níveis mais altos de vigilância (Sinagoga e Forte Orange) e os demais com resultados que denunciam a falta de ações no âmbito desse eixo.

Quanto ao eixo interação, novamente a Sinagoga e o Forte Orange pontuam os melhores níveis. A maior parte dos bens se enquadra no nível 1, pela ocorrência de ações pontuais, evidenciando a necessidade de ações recorrentes e/ou permanentes que garantam a interação de tais bens com a comunidade.

CONSIDERAÇÕES E DISCUSSÕES

Com base nos parâmetros estabelecidos pela PPCM e na proposta de método para análise adotado nesta pesquisa, buscou-se parametrizar os principais itens que compõem um sistema de gestão adaptado aos sítios arqueológicos selecionados. Sintetizar atributos que permeiam uma maior complexidade e contextualização de cada bem permitiu a compreensão do panorama geral da gestão dos sítios arqueológicos históricos localizados no litoral pernambucano.

A leitura da matriz permitiu observar dados de eficiência e ineficiência de cada eixo do processo, como a eficiência de gestão de menos de 30% dos sítios arqueológicos pesquisados. Quer dizer que, durante o processo de patrimonialização, desde a identificação como sítio arqueológico até a ressignificação e inserção na contemporaneidade, surgiu nos demais sítios um fator disruptivo do processo.

O bem que se destacou com nível máximo de gestão em todos os eixos aferidos foi a Sinagoga *Kahal Zur Israel*. Diante disso, procurou-se identificar os diferenciais em cada etapa do percurso desse bem. Não se pode ignorar que o estímulo inicial para a pesquisa e reconhecimento da edificação em ruínas, pelo qual a sinagoga funcionou no século XVII, partiu do interesse da comunidade judaica, a qual subsidiou e incentivou a busca por restabelecer o período de ocupação judaica no Recife. Logo, o interesse, a articulação política e o aporte financeiro foram fatores determinantes para a condução eficiente do ciclo da gestão do bem, reverberando até os dias atuais, mesmo após mais de duas décadas dos esforços iniciais. Outro diferencial foi a função conferida à sinagoga que “por si só já teria garantido um retorno à sociedade, mas estaria limitado aos judeus, enquanto a atividade de museu e centro de memória garantiu um retorno histórico para toda a sociedade através do acesso aos turistas, grupos escolares etc.” (Campello, 2021, p. 180).

Em contrapartida, o Baluarte Porta da Terra, situado a apenas 50 metros de distância da Sinagoga, inserido no mesmo contexto arqueológico e apresentando a mesma proposta de uso (museu), obteve os níveis mínimos de gestão nos eixos educativo, vigilância e interação. Esse dado sugere que o bem não está inserido no hall de interesses público e/ou privado como ocorreu com a sinagoga, comprometendo as demais fases do ciclo da sua gestão.

Outra observação sobre os dados levantados foram os níveis baixos de gestão no eixo “Interação” atribuídos a três bens geridos pela Igreja Católica (Igreja da Graça, Igreja do Pilar e Igreja N. Sra. de Nazaré), levando à interpretação de que a função como um bem arqueológico foi suprimida diante da religiosa nesses casos. Essa sobreposição não corrobora para a preservação do patrimônio arqueológico, no qual passado e presente podem e devem coexistir. Riegl (2014) abre a possibilidade de balizar as ações conservativas relacionando-as à identificação dos valores atribuídos aos bens.

Em mais de 70% dos bens, o eixo “Interação” foi avaliado com baixos níveis, apontando, dessa forma, para a ausência de ações de interpretação, promoção e difusão, causando um distanciamento entre o patrimônio e a sociedade. Na perspectiva da gestão integrada e participativa, a realidade observada nos sítios analisados aponta para uma posição periférica da sociedade civil na gestão dos bens arqueológicos.

Observamos ainda que todos os sítios obtiveram o nível máximo nos eixos de identificação e proteção; entretanto, essa é a primeira etapa de todo o processo. O efeito da aplicação de instrumentos de proteção tem pouca valia diante das ações de reconhecimento, isto é, ações que reafirmam a identificação e o significado do bem no presente.

A gestão dos bens arqueológicos está distante de soluções prontas, mas existem características que se reproduzem e que determinam a permanência dos bens ao longo do tempo nas sociedades. Entre elas, estão a ressignificação atribuída ao envolvimento dos indivíduos e grupos com a identificação do bem e a construção de narrativas, que refletem na escolha de novos usos que deem outro sentido ao bem. Assim como as ações que reafirmam o reconhecimento e que fazem o bem arqueológico participar do dinamismo inerente à cultura, considerando e respeitando os fenômenos sociais e culturais que cercam o patrimônio arqueológico.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marcos. Sinagoga Kahal Zur Israel retornando a vida do recife. *Revista de Arqueologia Americana*, n. 22, p. 63-79, 2003.
- ALBUQUERQUE, Marcos. As escavações arqueológicas no Forte de Orange. *ARC – Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação*, Olinda, v. 1, n. 2, p. 51-55, 2007.

- ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia do Forte Orange. *Revista da Cultura*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 15, p 37-47, 2009.
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; WALMSLEY, Doris. *Fortes de Pernambuco: imagens do passado e do presente*. Recife: Graftorre, 1999.
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda, NOGUEIRA, Rúbia. *Pesquisa Arqueológica no Sítio Trindade – Casa Amarela, Recife – Pernambuco: Relatório Final*. Volume 1. Recife: Ministério da Cultura; IPHAN, 2009.
- ALVES, Claudia. Estudantes de Arqueologia buscam forte do século 17. *Jornal do Commercio*, 1 de abril de 2016. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/04/21/estudantes-de-arqueologia-em-busca-de-um-forte-do-seculo-17-232069.php>. Acesso em: 19 out. 2023.
- BENTO, Emannuel. A Comunidade do Pilar e a ocupação urbana no Centro do Recife. *Jornal Digital*, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://jornaldigital.recife.br/2023/12/22/a-comunidade-do-pilar-e-a-ocupacao-urbana-no-centro-do-recife/>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- BRASIL. Advocacia-Geral da União, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria Federal Junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Parecer nº 0947/2023/PFIPHAN/PGF/AGU, Processo IPHAN: 01498.000322/2018-12*. Brasília, DF: Advocacia Geral da União, 11 dez. 2023a. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5RpLyZftE0679nYyzlsuSc2c7hZol7p-2MGuOL57dcDwT4F5jNdnJSMbseB8cnWIX7ZK1H_zb8AqOgh_VZYMKCT. Acesso em: 17 mai. 2024
- BRASIL. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Superintendência do IPHAN no Estado de Pernambuco. *Despacho nº 108/2023 ETI-PE/IPHAN_PE, Processo IPHAN: 01498.000322/2018-12*. Igarassu: Escritório Técnico e Casa do Patrimônio do IPHAN, 16 ago. 2023b. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5Ra9X-e7hIstrdiXzwOLW3mXgnsyGY-HA4sLxlMs4umK8lpEzVaa5ee47wNpSc-a2PLzmuJOIXcBXH91u6P_4Cw. Acesso em: 17 mai. 2024.
- CAMPELLO, Cecília Barthel Carneiro. *A Conservação do Patrimônio Arqueológico Através das Intervenções Arquitetônicas no Bairro do Recife do Século XXI*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/44277/1/TESE%20Cec%20adlia%20Barthel%20Carneiro%20Campello.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2024.
- CNBB. Natureza. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/cnbb/>. Acesso em: 22 mai 2024.
- CONSÓRCIO REVIVE BRASIL. *Aproveitamento do Patrimônio cultural e turístico - Fortaleza de Santa Cruz – Itamaracá/PE*. IPHAN-SEI, Processo IPHAN-PE nº 01450.0037722023-62, 2022. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5S-qc71vucNzbk4sjC3q0RVxnGG0_f2a0Pp2qCw51nooIIHByoLcRZl0dAXJe-XUmP35jZ4Y1N4r-49Y3lwamum. Acesso em: 5 jun. 2023.
- CUNHA, Carlos Alberto Meira Carneiro da. *Intervenção em monumentos com materiais modernos : estudo de caso: Kahal Zur Israel*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.
- DANTAS, Gabriel. *Relatório final: Programa de gestão do patrimônio arqueológico das obras de urbanização da vila de Nazaré no município do Cabo de Santo Agostinho/PE*. Dahmen Arqueologia, Recife. 2023.

DANTAS SILVA, Leonardo. *Pernambuco Preservado*. Recife: Leonardo Dantas; 2002.

DE GLASMAN, Jane Bichmacher. O início da literatura judaica nas Américas. *Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, v. 5, n. 9, p. 74-84, 2011.

FRANÇA, Ícaro Uriel Brito. O “Ser Judeu” e o “Parecer Judeu” na Formação da Identidade Judaica dos Aspirantes à Conversão ao Judaísmo. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; ARAÚJO, Leonor Franco de (Org.). *Territorialidades da Fé: religiões, religiosidades e a manifestação do sagrado na natureza, no urbano e no rural*. Ituiutaba: Barlavento, 2022. p. 83-107.

FORTE ORANGE (PE) será reaberto após obras de restauração. *Iphan*, 1 ago. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4748/forte-orange-pe-sera-reaberto-apos-obras-de-restauracao#:~:text=Devolvido%20C3%A0%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ap%C3%B3s%20passar,no%20dia%20de%20agosto>. Acesso em: 4 out. 2023.

FORTES INCLUÍDOS na Lista Indicativa a Patrimônio Mundial. Iphan, 19 dez. 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1611/>. Acesso em: 21 mai. 2024.

NABUCO, Fundação Joaquim Nabuco. *Olinda x Recife e a Guerra dos Mascates*. No dia 4 de março de 1710, há exatos 308 anos, foi erguido um pelourinho onde atualmente está o Marco Zero do Recife. O significado era muito maior que um simples monumento. A construção ordenada pela coroa portuguesa, e executada pelo governador Castro Caldas, significava a elevação do Recife a categoria de Vila (unidade político-administrativa autônoma). No entanto, a elite pernambucana vinda de Olinda reagiu rapidamente e derrubou o monumento. A questão era a seguinte: os portugueses dominavam o porto e monopolizavam o comércio. Com a elevação do Recife a Vila, aumentavam ainda mais a sua “independência”. Por sua vez, seria acentuada a decadência olindense, que ainda era sede do poder público e, por meio dos senhores de engenho, tinha influência nos rumos da capitania. Esse episódio desencadeou a expulsão do governador e serviu de estopim para o início da Guerra dos Mascates, confronto armado que envolveu os senhores de engenho de Olinda e os comerciantes portugueses do Recife, chamados pejorativamente de “mascates”. O conflito se encerraria em 1711, com a equiparação de Recife e Olinda. (Na imagem: ‘Um mascate e seu escravo’, de Henry Chamberlain). Recife, 4 março de 2018. Facebook: Fundação Joaquim Nabuco/ Ministério da Educação. Disponível em: https://www.facebook.com/FundacaoJoaquimNabuco/photos/olinda-x-recife-e-a-guerra-dos-mascates-no-dia-4-de-mar%C3%A7o-de-1710-h%C3%A1-exatos-308-a/1535775529876634/?locale=fr_FR&paipv=0&eav=AfbV3KmcRHaFRiVv6QkdVj_LUHo6pGRUIEcJGnHt2mVg__R6moG872T7Vf8-Nzisbk0&_rdr. Acesso em: 22 mar. 2024.

GOMES, Sergio Rugik. A arquitetura das sinagogas: exemplos relevantes e sua transformação no tempo. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

HEFTING, Oscar F. *Towards restoration of Fort Orange: Research of Fort Orange in Brasil*. in L.G.W. Verhoef/R. van Oers (eds.), *Dutch Involvement in the Conservation of Cultural Heritage Overseas*, Delft, 157-170 2005. Disponível em: <https://www.newhollandfoundation.nl/wp-content/uploads/2014/09/Delft.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL *Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados* Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Recife, Pernambuco, 2004.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Carta da Lausanne*: carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico ICOMOS/ICAHM. 1990. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2024.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)*. Ficha PE2611606BICA00008. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/35061>. Acesso em: 26 out. 2023a.

- IPHAN– INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)*. Ficha PE2611606BAST00007. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/39832#&panel1-1>. Acesso em: 26 out. 2023b.
- LEVY, Daniela. *De Recife para Manhattan: os judeus na formação de Nova York*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.
- MEDEIROS, Elisabeth Gomes de Matos. *O Povoado dos Arrecifes e o Baluarte Holandês do Século XVII*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- MELLO NETO, Ulysses Pernambucano de. *O Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape*. Recife: Fundarpe, 1979.
- MENELAU, Vera Lucia. *Relatório Final de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico das Obras de Pavimentação e Drenagem, Esgotamento Sanitário e Sistema de Abastecimento de Água na Vila Nazaré – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Cabo de Santo Agostinho – PE*. Recife: TPF engenharia, 2017.
- MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. O sistema de defesa da Barra e do Porto do Recife no século XVII. *Clio – Série Histórica*, n. 16, p. 87-101, 2003.
- NISKIER, Arnaldo. *Branca Dias: o martírio*. [s. l.]: Consultor, 2006.
- O RECIFE: Histórias de uma Cidade – Arraial Velho do Bom Jesus. *Prefeitura do Recife*. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/cidade/projetos/historia/cap2/cap2-box3.html>. Acesso em: 21 mai. 2024.
- ORSER JUNIOR, Charles E. (ed.). *Encyclopedia of Historical Archaeology*. Londres; Nova York: Routledge, 2002.
- PAIVA, Beatriz Costa; DUARTE, Milena; NOGUEIRA, Rúbia. A gestão do patrimônio arqueológico no Brasil: uma análise dos dispositivos legais. *Revista de Ciências Humanas CAETÉ*, v. 4, n. 1, p. 178-181, 2022.
- PARDI, Maria Lucia Franco. *Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.
- RECIFE SAGRADO (Serviços para o Turista). *Prefeitura do Recife*, 2015. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/recife-sagrado-0>. Acesso em: 22 mai. 2024.
- REQUALIFICAÇÃO do Forte Orange chega à fase arqueológica. *Diário de Pernambuco*, 2 de junho de 2015. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/06/requalificacao-do-forte-orange-chega-a-fase-arqueologica.html>. Acesso em: 21 mai. 2024.
- RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um Soldado da Companhia da Índias Ocidentais. 1629-1632*. Tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: CEPE, 2004. (Série 350 anos. Restauração pernambucana; v.6).
- RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- ROCHA, Lucas Alves. *Preservação, Patrimônio e Arqueologia: O Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré, uma fortificação seiscentista, Pernambuco, Brasil*. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

- ROCHA, Lucas Alves. *Visualizar para preservar: Uma proposta de protocolo de reconhecimento de estruturas de terra através do estudo do Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré, Parque metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, PE-Brasil*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023..
- SILVA, Ana Cristina Rocha; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Patrimônio Arqueológico, Políticas Públicas e os Desafios da Participação Social no Parque Estadual Monte Alegre-PA. *Revista Habitus*, v. 20, n. 2, p. 559-581, 2022.
- UNKNOWN. A Rua do Bode, dos Judeus, da Cruz e do Bom Jesus. 6 de fevereiro de 2014. Recife Antigo: Pinceladas de História sobre o berço do Recife. Disponível em <https://bairrodo Recife.blogspot.com/2014/02/a-rua-do-bode-dos-judeus-da-cruz-e-do.html>. Acesso em: 22/07/2024.
- WEITMAN, David. *Bandeirantes espirituais do Brasil: Rabinos Isaac Aboab da Fonseca e Mosseh Raphael d'Aguilar*. São Paulo: Maayanot, 2003.
- WESTERDAHL, Christer. The maritime cultural landscape. *The International Journal of Nautical Archaeology*, v. 21, n. 1, 1992.